



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO URBANISMO DO TURISMO

PROGRAMA

Apresentação

Retomando uma iniciativa que conheceu elevado êxito nas duas edições anteriores realizadas em 2014 e 2015, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas volta a organizar, em parceria com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, um curso de pós-graduação de Direito do Urbanismo, agora também alargado às temáticas conexas do Direito do Turismo, que terá lugar na sede daquela entidade pública em Faro.

Neste Curso abordam-se as matérias centrais do Direito do Urbanismo, com sessões que percorrem o regime dos solos, o planeamento, o regime das operações urbanísticas e os seus procedimentos, a reabilitação urbana, o fenómeno da contratualização associada ao urbanismo, as formas de reação face a ilegalidades urbanísticas e as modalidades de responsabilidade dos atores públicos e privados pela realização de operações urbanísticas.

Mas, considerando o desenvolvimento que o setor do turismo tem conhecido no decurso dos últimos anos e a sua relevância para o desenvolvimento económico da região do Algarve, o Curso abarca igualmente matérias ligadas ao Direito do Turismo que se interseccionam com o Direito do Urbanismo, como se verifica com o controlo prévio da instalação de empreendimentos turísticos, a renovação, reestruturação e regularização destes empreendimentos, bem como com o fenómeno do turismo residencial e do alojamento local, que tem reflexos também no mercado imobiliário para a habitação. Tendo ainda em conta a relevância que as questões habitacionais têm conhecido no decurso dos últimos anos e a sua repercussão no desenvolvimento económico da região do Algarve, bem como o impacto da Lei de Bases da Habitação, recentemente aprovada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, o curso abarca igualmente matérias ligadas ao Direito da Habitação.

O curso é destinado a Advogados, Magistrados, Juristas que prestam serviços a entidades ligadas aos setores da construção, do imobiliário e do turismo, Arquitetos, Engenheiros que trabalhem no setor, Dirigentes e Trabalhadores de entidades públicas com funções nas áreas do urbanismo e do turismo e também a Recém-licenciados que pretendam apostar num domínio promissor do Direito Público, com crescente relevância na vida das pessoas e das empresas.

Programa

2/outubro

Estatuto jurídico do solo e poderes da Administração Pública sobre o solo e política de solos ANTÓNIO DUARTE DE ALMEIDA

- O estatuto jurídico da propriedade imobiliária urbana
- Domínio Público e Urbanismo
- Servidões e restrições de utilidade pública. As relações entre as normas urbanísticas e as Reservas Agrícola e Ecológica Nacional
- Meios de intervenção da Administração Pública no solo

9/outubro

Procedimento de elaboração dos planos

ANA BARROCO

- Elaboração técnica
- Tramitação procedimental, discussão pública e aprovação
- A avaliação ambiental estratégica de planos e programas e a sua articulação com a avaliação de impacto ambiental de projetos com relevância urbanística
- A identificação de condicionantes nos planos municipais
- Experiências práticas de elaboração de planos municipais

A contratualização do planeamento

RICARDO PRELHAZ FONSECA

- Os contratos para planeamento: formação, efeitos e natureza RICARDO PRELHAZ FONSECA

16/outubro

Relações entre instrumentos de gestão territorial. Dinâmica e medidas cautelares dos planos. Aplicação das normas de planeamento no tempo

JOÃO MIRANDA

- As relações entre instrumentos de natureza estratégica e instrumentos de natureza regulamentar
- A adaptação dos planos municipais aos programas especiais e regionais
- A alteração, a revisão e a suspensão dos planos
- As medidas cautelares: medidas preventivas e normas provisórias
- A suspensão de concessão de licenças
- Sucessão de normas, atos de controlo prévio de operações urbanísticas no tempo e princípio tempus regit actum

23/outubro

Conteúdo dos planos. Expropriações dos planos, compensação, indemnização e justa redistribuição de benefícios e encargos

CLAUDIO MONTEIRO

- A classificação e a qualificação dos solos nos planos municipais
- As expropriações dos planos
- A compensação e a indemnização pelo sacrifício de direitos consolidados
- A indemnização pelas medidas cautelares
- A perequação compensatória de benefícios e encargos do planeamento

30/outubro

O controlo prévio de operações urbanísticas

ISABEL ABALADA MATOS / ISABEL MORAES CARDOSO

- Âmbito e natureza dos procedimentos de controlo prévio (licença administrativa, comunicação prévia e autorização de utilização)
- Obras particulares isentas de controlo prévio. As obras de conservação e de alteração no interior dos edifícios e outras obras de escassa relevância urbanística
- Obras públicas e urbanismo. (A isenção de) controlo das operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública
- As consultas a entidades externas

6/novembro

As normas de urbanização, de edificação e da construção. A informação prévia, a proteção do existente e a tutela da

confiança dos particulares

PEDRO MONIZ LOPES

- A regulamentação municipal de aspetos relativos à urbanização e à edificação
- Os regulamentos técnicos da atividade de construção e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas
- Natureza e efeitos da informação prévia sobre a viabilidade de operações urbanísticas
- A proteção do existente e a superveniência de normas de planeamento urbanístico

13/novembro

Estrutura fundiária das operações urbanísticas

LUCIANO MARCOS

- A divisão da propriedade para fins urbanísticos. O parcelamento, o loteamento do solo e os destaques
- Cedências urbanísticas
- Loteamentos urbanos e propriedade horizontal: áreas comuns dos loteamentos e aplicação das regras da propriedade horizontal
- Consequências registais das declarações de nulidade de licenças de loteamento
- Loteamentos de empreendimentos turísticos

20/novembro

Invalidez dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas e medidas de tutela da legalidade urbanística

DIOGO CALADO

- Forma e regime de invalidade dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas
- A atuação processual do Ministério Público para defesa da legalidade dos atos de controlo prévio das operações urbanísticas
- A regularização de operações urbanísticas
- A adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística

27/novembro

A operacionalização dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico

RICARDO PRELHAZ FONSECA

- Enquadramento no PROT Algarve e em planos municipais
- Os procedimentos concursais e os instrumentos de concretização dos Núcleos de Desenvolvimento Turístico

As modalidades de responsabilidade pela realização de operações urbanísticas

TIAGO SERRÃO / DIOGO CALADO

- A responsabilidade civil da Administração por ações e omissões no controlo de operações urbanísticas
- A responsabilidade civil dos intervenientes no processo de construção
- A responsabilidade penal dos intervenientes no processo de construção
- As contraordenações urbanísticas e a impugnação da aplicação de sanções nos tribunais administrativos

4/dezembro

A reabilitação urbana e a habitação

JOSÉ LUÍS CUNHA / ANTÓNIO GIL LEITÃO

- Reabilitação urbana e política de habitação
- O direito fundamental à habitação
- Os instrumentos da política de habitação
- Regime jurídico da delimitação das áreas de reabilitação urbana



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO URBANISMO DO TURISMO

- A obrigação de reabilitar e o seu incumprimento. A realização de obras coercivas, a expropriação e a venda forçada de imóveis em áreas de reabilitação urbana
- O planeamento de operações de reabilitação urbana
- Os contratos de execução de operações de reabilitação urbana. A concessão de reabilitação urbana e o contrato de reabilitação urbana

11/dezembro

Direito do Turismo: princípios gerais e ordenamento do turismo

VIRGÍLIO MACHADO

- Principais instrumentos jurídicos nacionais e internacionais em matéria de turismo
- Turismo e instrumentos de planeamento territorial
- Turismo sustentável

Empreendimentos turísticos (I)

ISABEL ABALADA MATOS / ISABEL MORAES CARDOSO

- Tipologias e características dos empreendimentos turísticos
- Os sistemas internacionais de classificação de empreendimentos turísticos e o modelo português
- Empreendimentos turísticos e instrumentos de planeamento territorial
- Procedimentos de controlo prévio das operações de instalação de empreendimentos turísticos
- Novas formas de alojamento turístico
- A utilidade turística

18/dezembro

Empreendimentos turísticos (II)

GONÇALO REINO PIRES

- Questões registais dos empreendimentos turísticos
- Direitos reais de habitação periódica, direitos de habitação turística e outras formas de comercialização
- A exploração e o funcionamento dos empreendimentos turísticos. Direitos e deveres da entidade exploradora de empreendimentos turísticos e dos proprietários. O contrato de exploração turística
- Constituição de empreendimentos turísticos em propriedade plural. Forma e conteúdo dos títulos constitutivos. Negócios jurídicos sobre unidades de alojamento empreendimentos turísticos em propriedade plural
- A renovação e a reestruturação jurídica de empreendimentos turísticos em propriedade plural

Empreendimentos turísticos (III)

SÍLVIA BISCAIA

- Experiências concretas de exploração de empreendimentos turísticos



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO URBANISMO DO TURISMO

INFORMAÇÕES

Duração e horário

54 horas letivas, repartidas por 12 sessões (4h30), de 2 de outubro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

As aulas decorrem em Faro, na sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, à sexta-feira, entre as 14:30 e as 19:30, com dois intervalos de 15m.

Número de vagas

30 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição).

Propina

- €1300
- 20% de desconto para Advogados e Advogados Estagiários inscritos no Conselho Regional de Faro da Ordem dos Advogados e 25% para os membros da Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses, mediante prova da respetiva condição.

Inscrições

- Inscrições *online* até ao dia 25 de setembro de 2020: através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
- Para as modalidades de propina reduzida, deverá selecionar a opção “desconto previsto no curso”, antes de selecionar o valor a pagar, selecionando depois o valor referente à modalidade em que se enquadra e fazendo *upload* do respetivo comprovativo.
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.

Certificados

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões.

A emissão de um **Certificado de Pós-Graduação** depende da entrega de um trabalho escrito, a elaborar e a avaliar nos termos do Regulamento que acompanha este Programa.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.ª a 6.ª, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt



FICHA TÉCNICA

Coordenadores

- Prof. Doutor Claudio Monteiro
- Prof. Doutor João Miranda
- Dr. Diogo Calado

Organização



Parceiros

